

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2012, NO SALA DE REUNIÕES DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho e Margarida José César Osório Silva Duarte.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e cinquenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento ao executivo que dia 27 de dezembro de 2012, virá o senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude, para assinatura do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Lamego e o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., tendo

Presidente

Secretária

por objetivo a gestão/utilização das instalações e dos equipamentos que constituem o Complexo Desportivo de Lamego.

O senhor Presidente da Câmara informou, ainda, que dia 19 de dezembro de 2012, virá o senhor Secretário de estado da Saúde a Lamego para anunciar o modelo de funcionamento do novo Hospital de Lamego.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento ao executivo que esteve em representação do senhor Presidente da Câmara em Ingolstadt, Munique, na República Federal da Alemanha, para participar no Seminário Europeu cujo tema: *“Expectativas económicas em Portugal, relativamente ao contributo da qualificação e mobilidade Juvenil”*.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, datado de 21 de novembro de 2012, emanado da Floponor – Florestas e Obras Públicas do Norte, S.A., agradecendo a sentida mensagem que expressa o voto de pesar pelo falecimento do senhor Altino Rua.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

CULTURA (COD. 20)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício n.º 12001, datado de 4 de dezembro de 2012, emanado da Urze Teatro, crl, solicitando a formalização de um acordo entre a Urze Teatro e o Município de Lamego de modo a viabilizar apresentação a concurso e execução do programa de dinamização teatral para os próximos dois anos no concelho de Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade de reforço de rubricas de despesa, deu conhecimento ao executivo da 14ª e 15ª alteração ao Orçamento da Despesa, nos montantes de 140.072,00€ e 95.235,00€, respetivamente, reforçando-se as despesas com juros, restituições de IMI, protocolos com freguesias e instalações desportivas. Procede também à 14ª e 15ª

Presidente

Secretária

alteração ao Plano de Atividades reforçado em 3.810,00€ e 5.000,00€ e anulado em 93.722,00€ e à 14ª e 15ª alteração ao Plano de Investimentos, anulado em 52.100,00€ e 49.300,00€ e reforçado em igual montante.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

PATRIMÓNIO (COD. 47)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da aquisição de uma parcela de terreno, com a área total de 123,06 m2, necessária para alargamento do caminho público, a desanexar ao prédio rústico denominado “Quinta do Borbulhão”, inscrito na matriz sob o artigo n.º 402, secção B, e descrito na C.R.P. sob o n.º 00644/16101990, da freguesia de Almacave, em nome de Manuel Ramalho da Fonseca, pelo valor de 6.000,00 €(seis mil euros).

O encargo resultante desta aquisição será satisfeito pela seguinte dotação do orçamento em vigor, prevista no Orçamento e Grandes Opções do Plano através do projeto 2008 I 76 no qual tem cabimento na classificação económica 070301, cabimento n.º 1456/2012 (2.084,25€) e cabimento n.º 522/2010 (3.915,75€)

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

PATRIMÓNIO (COD. 47)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da aquisição de uma parcela de terreno, com a área total de 406,00 m2, necessária para construção do acesso aos depósitos de Ferreirim, a desanexar ao prédio urbano sito no lugar da Rodela, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1143, e descrito na C.R.P. sob o n.º 00509/19910712, da freguesia de Ferreirim, em nome Maria Durvelina da Conceição Cardoso Teixeira cc Acácio Teixeira, pelo valor de **6.496,00€.**

O encargo resultante desta aquisição será satisfeito pela seguinte dotação do orçamento em vigor, prevista no Orçamento e Grandes Opções do Plano através do projeto 2008 I 2 no qual tem cabimento na classificação económica 070101, cabimento n.º 1974/2011 (4.394,00€) e cabimento n.º 1454/2012 (2.102,00€).

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

Presidente

Secretária

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião ordinária da Câmara do dia 27 de novembro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

02-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a ata da reunião extraordinária da Câmara do dia 4 de dezembro de 2012, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

03-ASSUNTO: APLICAÇÃO DA TARIFA DE FUGAS EM CONSUMOS ELEVADOS (COD 01)

REQUERENTE: ANTÓNIO LUÍS JÚNIOR

LOCAL: CIMO DO LUGAR DE MOIMENTINHA - CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 618/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 777/DMSU, de 23 de novembro de 2012, seja autorizada a retificação da fatura n.º 132480/12, de outubro, com base na tarifa de fugas prevista no Capítulo XI, ponto 2.3, do artigo 2.º da Tabela Geral de Taxas e Licenças, ao abrigo do n.º 5 do artigo 40.º do Regulamento de Águas.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

04-ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO PELAS TAXAS DE CONTRATO DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: ANA NATÁLIA MANETA

LOCAL: URB. MARTIR DE S. SEBASTIÃO, BLOCO 4 - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 619/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos que vem acompanhada da informação

Presidente

Secretária

n.º 775/DMSU, de 23 de novembro de 2012, dando conhecimento que a senhora Ana Natália Maneta depositou na tesouraria municipal a quantia de 56,26 €, através da guia de receita n.º 7710, de 18 de outubro de 2012, relativo à celebração do contrato de fornecimento de água, no entanto não foi possível a instalação do contador, visto que o local não está dotado de espaço adequado, nem possui sistema predial.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja autorizada a devolução da quantia de 56,26 €.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: TÂNIA ISABEL PINTO GONÇALVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 620/01/12 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, segundo a qual, face ao pedido da senhora Tânia Isabel Pinto Gonçalves, residente na Av. de S. Pedro, Penude de Baixo, solicita o pagamento da dívida da água, referente à instalação n.º 4564, em prestações, alegando não ter possibilidades económicas para o fazer na totalidade. De acordo com a informação n.º 755/DMSU, de 16/11/12, foi emitido pela Tesouraria Municipal o respetivo plano de pagamentos em 7 prestações mensais de 43,52 €, iguais e sucessivas, do valor em dívida e cujo montante se cifra em 304,65€, pelo que propõe à Câmara se digne deliberar a aprovação do referido plano, onde consta o número de prestações, o valor de cada uma e prazo de pagamento. A requerente deverá apresentar atestado de insuficiência económica emitido pela respetiva junta de freguesia.

Deve ser dado conhecimento ao requerente de que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia da liquidação e que a falta de pagamento de uma das prestações, implica a exigibilidade da totalidade das restantes e a sujeição ao corte imediato do fornecimento de água. Para além do cumprimento do estabelecido no presente plano, deverá manter regularizada a faturação mensal respeitante ao fornecimento de água da sua habitação.

Deliberado: Aprovado por unanimidade, nos termos propostos.

Presidente

Secretária

06-ASSUNTO: PEDIDO DE DIMINUIÇÃO DO VALOR DA MENSALIDADE DA RENDA DE HABITAÇÃO (COD 31)**REQUERENTE:** OLGA MARIA REIS ANJOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 621/31/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 504/PAT, dando conhecimento da pretensão da senhora Olga Maria dos Reis Anjos, moradora na Quinta de Santo António, Lote 32, Bloco B – 3.º direito, no sentido de ver a sua renda diminuída.

A requerente paga uma renda mensal de 30,87 € e auferir neste momento de um rendimento mensal no valor de 187,90 € (cento e oitenta e sete euros e noventa cêntimos).

Assim sendo, e de acordo com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, onde está plasmado o seguinte preceito: “ a renda pode ainda ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,” a pretensão da requerente afigura-se legítima, pelo que, e de acordo com a fórmula prevista no Decreto-Lei n.º 329-A/2000, de 22 de Dezembro, a renda deve passar a ser 5,82 € (cinco euros e oitenta e dois cêntimos).

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie o pedido da requerente, no que concerne à diminuição do valor mensal da renda, que passará a importar em 5,82 €.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente autorizando a diminuição do valor mensal da renda, que passará a importar em 5,82 €.

07-ASSUNTO: INTERESSE CONCELHIO PARA LEGALIZAÇÃO DE UM ARMAZÉM DE ENTREPOSTO DE FRIO (COD 42)**REQUERENTE:** PAULO MANUEL JULIÃO DOS SANTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 622/42/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3583, de 30 de outubro de 2012, propondo à Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 do artigo 38.º do Regulamento do PDM, que delibere sobre o interesse municipal da pretensão referenciada em epígrafe, a fim de ser permitida a sua construção, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 38.º do referido regulamento.

Presidente

Secretária

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente classificando de interesse municipal a construção de um armazém de entreposto frio, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 38º do referido regulamento.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata do seguinte assunto, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-lo.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (**COD 51**)

REQUERENTE: ALCINO FILIPE COUTINHO XAVIER CARVALHO “TREBARUNA”
Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 623/51/12 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico, para que, no seguimento do pedido do senhor Alcino Filipe Coutinho Xavier Carvalho – Bar Trebaruna, seja autorizado o prolongamento de funcionamento de horário, das 02H00 da manhã para as 04H00, nos dias 15, 16, 22, 23, 29 e 30 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2013, nos termos estabelecidos no artigo 3º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, em vigor no Município de Lamego, mediante o pagamento das respetivas taxas constantes da tabela em vigor.

A autorização a conceder poderá ser imediatamente suspensa, caso se venha a verificar que o prolongamento do horário concedido não cumpre os requisitos expressos nas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 3º, do aqui referido Regulamento Municipal.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 242/2010 (**COD 17**)

ARGUIDA: FREGUESIA DE SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 624/17/12 do senhor Vereador do Urbanismo, relativamente ao assunto em epígrafe, em que é arguida a Freguesia

Presidente

Secretária

de Sande, referindo que a Junta de Freguesia de Sande interpôs recurso a 20 de novembro de 2012, pelo que o processo deve ser remetido ao Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, tendo em conta o recurso apresentado, propondo à Câmara Municipal a manutenção da decisão proferida em 2 de outubro de 2012, de aplicação da coima ao presente processo, com os fundamentos nela constantes, e determine o envio dos presentes autos ao Exmo. Senhor Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, nos termos do n.º 1 do artigo 62º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações introduzidas, informando a arguida dessa decisão.

Deliberado: Aprovado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e o voto contra do vereador do Partido Socialista, senhor **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto contra esta proposta, pelas mesmas razões por mim manifestadas na declaração de voto sobre esta matéria exarada, na ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 2 de outubro de 2012.”*

O senhor **Presidente da Câmara**, em resposta ao senhor Vereador Agostinho Ribeiro, proferiu o seguinte comentário: *“Não entendo como o senhor Vereador Agostinho Ribeiro sendo, por norma, um zeloso defensor da legalidade, pactue, neste caso, com uma situação que prejudica os munícipes que, mensalmente, cumprem com as suas obrigações e pagam as suas taxas da água, saneamento e resíduos sólidos, regularmente.”*

Em resposta, o senhor **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** proferiu o seguinte: *“Não aceito esta posição do senhor Presidente da Câmara sobre a minha postura a propósito da decisão de votar contra no caso presente, porquanto a mesma se insere numa posição global de tratar matérias semelhantes da mesma forma, e não de forma diversa, consoante os casos e os destinatários envolvidos. A solução deveria ser a da revogação e arquivamento do processo, acautelando-se no futuro a não ocorrência de casos idênticos.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: *“Gostaria de dizer que este processo é um processo de contraordenação em que a arguida, Freguesia de Sande, interpôs recurso judicial da decisão proferida. Perante este recurso judicial, de acordo com o direito, a entidade administrativa tem dois caminhos, ou revoga a decisão, ou tem de remeter para Tribunal, para apreciação do mesmo.*

Presidente

Secretária

A figura da revogação, neste caso vertente, não tem qualquer sentido, dado que a interpretação que a recorrente faz dos factos é subjetiva e sem qualquer fundamentação, pelo que não resta outra alternativa que não seja a remessa para Tribunal.”

10-ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 625/27/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara do seguinte teor:

1- “Considerando que, nos termos do art.º 40º da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro) e do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março, e dos fundamentos que define o Programa de Apoio à Economia Local, na sua versão Programa II, observando o Município no presente uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural, procedeu à consulta a diversas Instituições Bancárias, para que estas apresentassem propostas com vista à contratualização de um empréstimo (ou empréstimos) de Médio e Longo Prazo em complemento à linha do PAEL até ao montante de € 4.000.000,00;

2- Resultou da análise das propostas apresentadas, o relatório de análise as seguintes entidades:

✓ Caixa Geral de Depósitos (até 4.000.000,00);

✓ Montepio (até 1.000.000,00);

3- Considerando que, nos termos do artº. 40 da Lei nº. 2/2007, de 15 de Agosto, que aprova a Lei das Finanças Locais, os municípios que se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural devem contrair empréstimo para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, desde que o resultado da operação não aumente o endividamento líquido dos municípios;

4- Considerando a autorização de contratação do empréstimo de médio e longo no âmbito da adesão ao PAEL- Programa II, no montante de € 12.304.304,00, pela Câmara Municipal em 21 de setembro de 2012 e pela Assembleia Municipal em 24 de setembro de 2012, assim como a revisão do estudo e plano fundamentado do saneamento financeiro, com vista a sanear o montante total de dívidas a fornecedores no montante de € 16.304.304,00.

Presidente

Secretária

5- Considerando que, nos termos da alínea d) do n.º 2 do Artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, “aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei”.

6- Considerando que nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 07 de março «*O limite geral de empréstimos de médio e longo prazos previsto no n.º 2 do artigo 39.º da LFL e o limite previsto no n.º 1 do artigo 37.º da LFL não prejudicam a contração de empréstimos para saneamento financeiro, nos termos do presente decreto –lei*».

7- Considerando que, da apreciação das propostas e do relatório de análise elaborado pela comissão nomeada, se verificou que o banco que oferece melhores condições é a Caixa Geral de Depósitos S.A, com o Spread de 6,50%.

8- Considerando que o empréstimo Saneamento Financeiro compreende o período de 12 anos, com início da primeira data de reembolso em 07 de março de 2013 e última data de reembolso 07 de dezembro de 2024, com total de juros € 1.902.125,68 (um milhão, novecentos e dois mil e cento e vinte e cinco euros e sessenta e oito cêntimos), repartidos da seguinte forma:

SANEAMENTO FINANCEIRO

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Juros	268.742,03 €	253.039,01 €	236.230,74 €	218.239,41 €	198.981,76 €
Amortização	223.101,78 €	238.804,80 €	255.613,07 €	273.604,40 €	292.862,04 €
Total	491.843,81 €	491.843,81 €	491.843,81 €	491.843,81 €	491.843,81 €

Anos	2018	2019	2020	2021	2022
Juros	178.368,67 €	156.304,72 €	132.687,81 €	107.408,61 €	80.350,14 €
Amortização	313.475,14 €	335.539,08 €	359.156,00 €	384.435,20 €	411.493,67 €
Total	491.843,81 €	491.843,81 €	491.843,81 €	491.843,81 €	491.843,81 €

Anos	2023	2024	TOTAL
Juros	51.387,16 €	20.385,62 €	1.902.125,68 €
Amortização	440.456,65 €	469.384,96 €	4.000.000,00 €
Total	491.843,81 €	489.770,58 €	5.902.125,68 €

9- Considerando que, para cumprimento nos termos do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 13.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o encargo previsto para o ano financeiro de 2013 consta da proposta de orçamento para 2013.

Presidente

Secretária

10-Considerando da obrigatoriedade de aprovação do valor que constará no contrato e consequentemente os respetivos encargos plurianuais, pela Ex.ma Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do art.º 7.º da lei n.º 43/2002, de 28 de agosto, do art.º 38.º, n.º 8 da L.F.L e da lei n.º 8/2012, de fevereiro e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho.”

Face ao exposto, propõe à Câmara que delibere no sentido de aprovação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro até ao montante de € 4.000.000,00 na Caixa Geral de Depósitos, S.A, e das cláusulas contratuais, nos termos do artigo 40.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL), e nos artigos 3.º a 7.º, do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março, bem como a repartição dos respetivos encargos plurianuais e submeter a deliberação ao órgão deliberativo para aprovação da contratação do empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro até ao montante de € 4.000.000,00 e respetivos encargos plurianuais, nos termos e fundamentos supracitados.

Deliberado: Aprovado por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e a abstenção do vereador do Partido Socialista, senhor **Agostinho Jorge Paiva Ribeiro** que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto pela abstenção desta proposta, pelas mesmas razões por mim invocadas, aquando da deliberação dos assuntos do PAEL, na reunião realizada no dia 27 de novembro de 2012.”*

11-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº4/02 POR INICIATIVA DA CÂMARA (COD. 39)

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE LAMEGO

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE S.SEBASTIÃO - RUA DR.FERNANDO AMARAL-ALMACAVE

Presente a proposta de deliberação n.º 626/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara a qual refere que, de acordo com o parecer do chefe da DUDE de 07/12/2012, a alteração que se pretende efetuar ao alvará de loteamento é feita ao abrigo do artigo 48º do decreto-lei n.º 555/99, de 16/12, e no âmbito do referido artigo, já foi dado cumprimento ao referido no seu ponto 3, pelo que não há necessidade de se proceder a mais nenhuma consulta, estando cumpridos todos os requisitos legais para que se proceda à referida alteração.

Presidente

Secretária

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere aprovar a alteração da operação de loteamento, nos termos do n.º 3 do artigo 48º do decreto-lei n.º 555/99, de 16/12.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

12-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO (COD. 39)

REQUERENTE: MANUEL PEREIRA DA CRUZ E FILHOS, LDA.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA FRANZIA - ALMACAVE

Presente a proposta de deliberação n.º 627/39/12 do senhor Vice-Presidente da Câmara que vem acompanhada da informação n.º 524/DUDE, de 26 de novembro de 2012, referente à avaliação dos lotes 25 e 26 para substituição da garantia bancária n.º 2.510.000.533.593 da Caixa Geral de Depósitos pelo que propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido relatório de avaliação.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar, em substituição da caução, a hipoteca voluntária sobre o lote 26, avaliado para efeitos de IMI, na quantia de 448.700,00 €, valor superior ao da garantia bancária. Esta hipoteca em nada prejudica os interesses do Município, por ser uma garantia real e que tem privilégio creditório sobre qualquer outro credor.

13-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DOS ENCARGOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO CONTRATO DO PAEL (COD. 14)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 628/14/12 do senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

1- “Considerando a celebração do contrato em 16 de novembro do ano corrente no âmbito do programa PAEL no montante de até € 12.304.304,69 (doze milhões e trezentos e quatro mil e trezentos e quatro euros e sessenta e nove cêntimos) e das condições contratuais;

2- Considerando que, em 21 de novembro, a Direção Geral do Tesouro e Finanças remeteu, a este município, o serviço de dívida que reporta o montante total aprovado no PAEL, conforme consta em anexo o «*Plano previsional de amortizações do empréstimo no âmbito do PAEL*»;

Presidente

Secretária

3- Considerando que o programa PAEL compreende o período de 14 anos, com início da primeira data de reembolso em 15 de maio de 2013 e última data de reembolso 15 de novembro de 2026, com total de juros € 2.271.374,65 (dois milhões e duzentos e setenta e um mil e trezentos e setenta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos), repartidos da seguinte forma:

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
Juros	237.648,86 €	295.347,25 €	272.179,03 €	249.709,02 €	225.842,58 €
Amortização	878.878,90 €	878.878,90 €	878.878,90 €	878.878,90 €	878.878,90 €
Total	1.116.527,76 €	1.174.226,15 €	1.151.057,93 €	1.128.587,92 €	1.104.721,48 €
Anos	2018	2019	2020	2021	2022
Juros	202.674,36 €	179.506,13 €	156.782,23 €	133.169,68 €	110.001,46 €
Amortização	878.878,90 €	878.878,90 €	878.878,90 €	878.878,90 €	878.878,90 €
Total	1.081.553,26 €	1.058.385,03 €	1.035.661,13 €	1.012.048,58 €	988.880,36 €
Anos	2023	2024	2025	2026	TOTAL
Juros	86.833,23 €	63.855,43 €	40.496,79 €	17.328,56 €	2.271.374,65 €
Amortização	878.878,90 €	878.878,90 €	878.878,90 €	878.878,90 €	16.304.304,69 €
Total	965.712,13 €	942.734,33 €	919.375,69 €	896.207,46 €	18.575.679,34 €

4- Considerando que, para cumprimento nos termos do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 13.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o encargo previsto para o ano financeiro de 2013 consta da proposta de orçamento para 2013.

5- Considerando a obrigatoriedade de aprovação do valor constante no contrato e consequentemente os respetivos encargos plurianuais, pela Ex.ma Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do art.º 7.º da lei n.º 43/2002, de 28 de agosto, do art.º 38.º, n.º 8 da L.F.L e da lei n.º 8/2012 de fevereiro e do DL n.º 127/2012, de 21 de junho”.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovação do valor do contrato, e das cláusulas contratuais, bem como a repartição dos respetivos encargos plurianuais e submeter a deliberação ao órgão deliberativo para aprovação do contrato e encargos plurianuais, nos termos e fundamentos supracitados.

Deliberado: Aprovado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores Vereadores da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e a abstenção do vereador do Partido Socialista, senhor **Agostinho Jorge Paiva**

Presidente

Secretária

Ribeiro que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto pela abstenção desta proposta, pelas mesmas razões por mim invocadas aquando da deliberação dos assuntos do PAEL, na reunião realizada no dia 27 de novembro de 2012.”*

14-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

15-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária